



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
GABINETE DA REITORIA

Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima - Trindade
CEP: 88040-900 - Florianópolis - SC
Telefone: (48) 3721-9320 – Fax: (48) 3721-8422
E-mail: gr@contato.ufsc.br

**RELATO DO 4º DEBATE INSTITUCIONAL SOBRE A EMPRESA BRASILEIRA DE
SERVIÇOS HOSPITALARES**

Relato do quarto debate institucional sobre a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, realizado no dia 14 de novembro de 2014, às 14 horas, no Auditório do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina.

O Prof. Carlos Augusto Locatelli, chefe do Departamento de Jornalismo e representante suplente do Centro de Comunicação e Expressão (CCE) no Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), procedeu à abertura do debate, informando que havia sido designado para ler um comunicado dos professores Felício Wessling Margotti e Arnaldo Debatin Neto, diretor e vice-diretor do CCE, respectivamente, segundo o qual o debate daquele dia congregava as comunidades do Centro de Ciências da Educação (CED) e do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), porém a data e o horário definidos para o evento impediam a participação das direções dos referidos centros, devido a compromissos previamente agendados. Contudo, em comum acordo com as comunidades envolvidas, foi decidido que a professora Sônia Weidner Maluf, vice-diretora do CFH, seria a moderadora. Em seguida, passou a palavra à citada professora para que desse início aos trabalhos. Com a palavra, a professora Sônia convidou os participantes do dia a comporem a mesa debatedora: professor Carlos Alberto Justo da Silva, diretor do HU; professora Maria de Lourdes Rovaris, vice-diretora do HU; Flávio Daniel Saavedra Tomasic, diretor-geral do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná; Márcio Amaral, vice-diretor do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); professor Irineu Manoel de Souza, do Departamento de Ciências da Administração da UFSC, ambos representando o Fórum Catarinense em Defesa do SUS e Contra a Privatização da Saúde. Em seguida, explicou a metodologia do debate e passou a palavra à professora Maria de Lourdes Rovaris, a qual iniciou sua fala informando que apresentaria a situação do Hospital Universitário e participaria também respondendo às perguntas feitas durante a fase do debate. Na sequência, fez uma retrospectiva das dificuldades vivenciadas pelo hospital, mostrando também o que vinha sendo apontado para a solução de alguns problemas no que se referia especificamente às questões de pessoal, capacidade instalada, situação financeira e contratualização com os gestores. Primeiramente, expôs que quando o projeto do hospital universitário foi discutido, na década de 1960, foi prevista uma construção de 36.000 m² para 550 leitos. Entretanto, quando da abertura do hospital, este iniciou suas atividades com 56 leitos, sendo que havia sido prevista naquela ocasião uma área de 22.000 m² para 320 leitos. Em seguida, falou que atualmente o hospital contava com 317 leitos e 103 leitos encontravam-se desativados, concluindo-se que em 2014 o hospital ainda não tinha conseguido abrir os 320 leitos. Disse, então, que apesar de o hospital ter sido criado já na perspectiva de um hospital de ensino, este somente foi certificado nessa categoria no ano de 2004, ressaltando que havia uma legislação que definia que esse tipo de hospital deveria ser referência em média e alta complexidade.

Relatou que a partir daquele momento foi necessária a criação de várias comissões, o que demandou mais pessoal, bem como para os serviços que haviam sido criados em alta complexidade; entretanto, a partir de 2011, o hospital não conseguiu implantar mais nenhum serviço em relação à alta complexidade. Em seguida, listou os marcos históricos do hospital tendo em vista as medidas adotadas pelo governo, com o relato dos fatos relevantes que se referiam principalmente à contratação de pessoal desde o ano de 2008. Na sequência, apresentou os números de entradas e saídas de servidores, informando que atualmente havia um déficit de 142 servidores. Enfatizou que nos últimos três anos o HU mantia um percentual de 18% de afastamentos, principalmente por motivos de saúde, somando 29.248 dias com diferentes licenças e faltas injustificadas. Em relação ao quadro de pessoal, relatou que outra situação de dificuldade era que o HU contava com 167 profissionais, dentre auxiliares de enfermagem, auxiliares de saúde e instrumentadores cirúrgicos, os quais possuíam atribuições limitadas, e isso dificultava bastante a construção das escalas de serviços. Informou que atualmente o hospital contava com 1.492 servidores, dos quais 1.377 efetivos, 115 fundacionais e 343 servidores de cargos extintos (motorista, copeiro, cozinheiro, segurança e recepcionista). Na sequência, mencionou que a necessidade de pessoal informada no plano de reestruturação do HU em 2010 havia sido de 1.236 servidores e em 2014 foi definido um quantitativo de 1.050 servidores, desconsiderando-se a unidade de queimados, os leitos de saúde mental e as ampliações, apesar de existir uma pressão muito grande tanto do Ministério da Saúde quanto do Ministério Público Federal pela abertura dessas unidades, em função do que representam para a comunidade de Santa Catarina. Informou que os concursos que estavam sendo realizados eram para a reposição de servidores em virtude de aposentadorias e que o hospital não havia conseguido uma reposição total desses servidores, porque muitos destes eram provenientes de cargos já extintos, e a direção do HU tinha dificuldades na troca do código de vagas desses cargos. Em relação à situação financeira, apresentou os dados financeiros mensais do hospital, considerando a contratualização com os gestores estadual e municipal. Por fim, expôs que o hospital apresentava, do mês de setembro de 2014, um déficit de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais) por conta dos recursos do REHUF, motivo pelo qual não tinham sido utilizados para investimentos no hospital. Com a palavra, o professor Carlos Alberto Justo da Silva complementou concluindo que a situação se agravaria nos meses seguintes e que a direção do hospital já estava solicitando à Reitoria R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para cobrir o mês de novembro e mais R\$ 1.000.500,00 (um milhão e meio de reais) para cobrir o mês de dezembro, porque com a opção de fechamento dos leitos não havia sido possível o cumprimento dos contratos e por isso a Secretaria do Estado estava diminuindo os recursos repassados. Dando sequência, a mediadora passou a palavra ao professor Irineu Manoel de Souza, para que procedesse à sua apresentação. Com a palavra, o professor inicialmente informou que apresentaria uma síntese elaborada por um grupo que havia participado da comissão designada pelo CUn para discutir sobre a EBSEH, demonstrando alternativas à adesão. Colocou que a EBSEH era uma empresa pública, mas de direito privado, explicando que a Constituição somente permitia a sua criação para a exploração de atividade econômica. Com a adesão à empresa, aconteceria a precarização do pessoal, haja vista a contratação de pessoal via CLT e a possibilidade de aumento da carga horária de trabalho, visto que os servidores do HU faziam o regime de 30 horas semanais; que se teria a menor relação funcionário por leito naturalmente, pois a função da empresa de direito privado era a produtividade; que o HU seria desvinculado da UFSC, ferindo-se, dessa forma, a autonomia universitária em sua concepção acadêmica. Argumentou que a ideia de implantação da EBSEH era a de que as universidades não teriam competência para

administrar os hospitais; constituir-se-ia, então, uma empresa que administraria todos os hospitais universitários do país; que as verbas para o HU eram contempladas no REHUF, visto que esse decreto estava em plena vigência e era anterior à lei da EBSEERH; nas universidades que já haviam aderido à EBSEERH haviam sido encontradas bastantes disfunções por parte da empresa, em relação às condições dos hospitais, em questões de concursos, contratações, compras e não pagamento de adicional de insalubridade; e que a vinculação de pessoal continuaria sendo administrada pelo Ministério do Planejamento em Brasília, assim como já acontecia atualmente. Em seguida, explicou porque, na visão do grupo, a EBSEERH não era a solução para o HU da UFSC: porque feria a autonomia universitária, interferindo no ensino, na pesquisa e na extensão; o custeio continuaria idêntico, visto que os recursos continuariam sendo do orçamento geral da União; haveria o aumento de custos administrativos com o pagamento de executivos para a empresa; e a questão de pessoal também não mudaria significativamente porque seria necessária a realização de concurso público, embora as contratações fossem via CLT. Destacou que a EBSEERH não era obrigatória, pois o Congresso Nacional a havia aprovado e havia colocado a adesão como uma opção para as universidades. Em seguida, expôs quais seriam as alternativas para manter o HU 100% público pelo SUS sem aderir à EBSEERH: a Universidade teria que exigir o cumprimento do Decreto nº 7.232 de 2010, que dispõe sobre os quantitativos de lotação dos cargos integrantes do plano de carreira dos técnico-administrativos; outro ponto importante seria a negociação com o MEC por meio da ANDIFES, solicitando autorização para as universidades, a exemplo do que já ocorria com os docentes, no que se referia à contratação de professores substitutos; reposição dos cargos vagos anteriores a 2010, visto que o passivo até então não havia sido considerado; transposição dos cargos extintos em cargos do atual plano; autorização para contratação de pessoal para atender às necessidades do HU em razão das expansões que estavam ocorrendo na atualidade, porque isso feria, inclusive, a Lei de Responsabilidade Fiscal; e os recursos para pagamento de pessoal do HU, bem como sua manutenção estavam asseguradas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e pela Lei do Orçamento Anual. Concluiu sua explanação enfatizando que a Universidade tinha o direito e o dever constitucional de exigir do MEC a realização de concursos públicos para contratação de pessoal para o HU e já que existia uma discussão de que o Poder Público era incompetente para administrar a Universidade; esta teria que ter a obrigação de capacitar gestores para administrar o hospital, mantendo o hospital à disposição da comunidade. Com a palavra, o professor Márcio Amaral iniciou sua explanação apontando a diferença entre as denominações “hospital de clínicas e “hospital universitário”, sendo o primeiro essencialmente médico e o segundo, um hospital em que todas as graduações da área da saúde e todos da universidade transitam. Mencionou isso porque havia escutado em outra ocasião que aquela discussão somente deveria ser feita por pessoas que fizessem parte do HU, entretanto disse achar que o assunto interessava a toda a Universidade, a não ser que as pessoas quisessem voltar ao tempo em que as faculdades eram instituições isoladas, ressaltando que a Universidade tinha que ser um campo de interação e de movimento, permitindo a discussão de todas as pessoas envolvidas. Colocou que tinha a impressão de que depois de uma empresa de serviços hospitalares iria vir uma empresa brasileira de serviços de educação ou alguma outra empresa nesse sentido. Expôs que tudo que estava acontecendo era porque o governo estava seguindo um documento do Bresser Pereira, que estava baseado na cartilha do Banco Mundial e que isso refletia na situação de “estrangulamento” a qual os hospitais estavam vivenciando e que a culpa desse processo era do Governo Federal. Disse que no primeiro governo do presidente Lula houve muitos concursos e algumas coisas

melhoraram; no entanto, no segundo mandato houve uma desaceleração, permanecendo-se nesse processo de “conta-gotas”, com os hospitais fazendo “ginástica” para sobreviverem. Em seguida, parabenizou o HU da UFSC por ter mantido o seu pessoal unido e o hospital bem cuidado, relatando que havia percebido no rosto das pessoas a satisfação e o orgulho de trabalharem no hospital. Colocou que o governo não dava nada para ninguém, que este não era o dono dos recursos, pois ele não provia nem produzia riquezas, e que a função do governo era fiscalizar, garantir saúde, educação, transporte público, justiça e segurança, e caso não conseguisse prover alguns desses requisitos básicos poderia abrir uma concessão e aceitar convênios. Disse que se percebia que o governo não estava financiando a Universidade no avanço do saber, então concluiu que teria que lutar contra esse governo e ceder a ele, pois se este não estava fornecendo aquilo que era necessário e de direito pela Constituição, então deveria haver luta. Em seguida, procedeu à leitura do artigo da Constituição que garante às universidades autonomia, destacando que, sem isso, a sociedade se tornaria incapaz de produzir saberes. Informou que o Instituto de Psiquiatria da UFRJ oferecia 15 vagas para residência médica e teve 204 candidatos inscritos no Brasil todo, afirmando que praticamente todos que estavam se formando em Medicina com especialidade em Psiquiatria queriam ir para lá. Disse reconhecer que a área da Psiquiatria não era muito dispendiosa, pois não dependia muito de tecnologia e que isso de certa forma havia facilitado o avanço do Instituto. Falou que achava engraçado quando ouvia os gestores reclamarem que algumas pessoas não trabalhavam, como se eles não tivessem responsabilidade sobre isso; que era fácil afirmar que a culpa era do ser humano, porque ele precisava de punição ou de bônus, senão ele não fazia nada, que ele não tinha nenhuma ligação social pelo interesse coletivo, mas ponderou que não era isso que via; que via na Universidade pessoas muito envolvidas com o trabalho, mas que, se a privatização entrasse, começaria um endurecimento dos processos, como a história do funcionário-padrão das empresas privadas. Concluiu que achava aquilo uma tolice porque as boas equipes eram as complementares, com talentos diferentes, e o resultado era uma multiplicação de competências. Disse que outra afirmação que tinha ouvido de representantes da EBSEH era que era impossível administrar um hospital com RJU. Nesse sentido, explicou que, quando essa questão havia sido prevista pela Constituição, foi para que todos fossem geridos pelo mesmo regime na atividade pública, sendo que o que estava sendo proposto com a EBSEH eram a implementação de dois regimes oficialmente diferentes. Por fim, ressaltou que a defesa da Constituição teria que ser radical, pois se não houvesse um movimento social acompanhando a Constituição esta começaria a virar “letra morta”, afirmando que a função da Universidade também era esta. Em seguida, com a palavra, o professor Flávio Daniel Saavedra Tomasic inicialmente colocou que a UFPR havia passado por uma experiência muito semelhante à que estava sendo vivenciada naquele momento na UFSC. Disse que estava naquele evento para contar a sua experiência e a experiência do Hospital de Clínicas do Paraná no processo. Afirmou, pela sua experiência, que os debates não mudariam a opinião daqueles que já estavam decididos, mas que os debates eram esclarecedores para a comunidade universitária, para os conselheiros e para aqueles que não tinham conhecimento sobre o tema. Em seguida, falou da sua experiência profissional e prestou algumas informações sobre o Hospital de Clínicas da UFPR. Relatou que o hospital era um órgão suplementar da Universidade e que, portanto, seu diretor era nomeado. Houve um período nos anos 1970 em que ele era eleito, mas posteriormente ele retornou a ser nomeado por ordem de assessoria do reitor. Informou que o hospital havia sido criado por uma necessidade de treinamento de início do curso de Medicina e depois para os outros cursos na área da saúde e que continuava sendo o único hospital público federal do Paraná. Em

seguida, pontuou as razões pelas quais o Conselho Universitário disse não à EBSEH por unanimidade no ano de 2010. Na sequência, informou que o hospital por muito tempo havia sido o maior do Estado em todos os sentidos e que atualmente ainda era o maior hospital público do Paraná, ressaltando que com 51 anos não poderia ter sobrevivido sem uma ótima gestão evolutiva. Disse que o hospital trabalhava com unidades gerenciais e com o controle de metas assistenciais, administrativas e acadêmicas, demonstrando eficiência na questão da administração hospitalar, haja vista a sua evolução no período de 50 anos. Falou que em sua opinião o subfinanciamento da saúde era crônico e em parte mal planejamento, com o gradual acúmulo de dívidas, as quais misteriosamente nos últimos três anos haviam ficado enormes, justamente após a primeira tentativa de aprovação da EBSEH e que no decorrer do tempo, como o professor Márcio falou, por “estrangulamento”, há mais de 20 anos. Expôs que o hospital possui centros de especialidades e que ainda não precisou fechar nenhum, mas está operando muito aquém do que poderia. Disse que o hospital tinha 224 consultórios e 570 leitos, os quais nunca funcionaram na sua totalidade, independentemente do governo. Informou, então, que possuem 459 leitos hospitalares ativos, dos quais 79 pertencem à terapia intensiva. Informou que o hospital contava com 1.800 funcionários, dos quais 916 eram da fundação, e fazia 30 mil atendimentos por mês, com o potencial para fazer 90 mil, com 1.500 internações e 1.250 cirurgias. Então, o hospital continuou com um déficit crônico nos profissionais de saúde porque essas reposições por aposentadoria não surtiriam efeito na força de trabalho. Relatou que ao longo do tempo o perfil assistencial dos hospitais universitários foi mudando, tornando-se referência nas especialidades e necessitando, portanto, de profissionais mais preparados e mais dinâmicos para exercer suas funções. Dessa forma, explicou que os atendimentos foram se tornando cada vez mais complexos, bem como foram se agravando os problemas de ordem trabalhista. Então, o hospital encontra-se operando apenas de 63% a 70% da sua capacidade atual, fazendo somente 27% da alta complexidade, e isso significava baixa eficiência. Falou que o hospital não estava conseguindo atingir as metas com os gestores municipal, estadual e federal e que essa situação gerava insatisfação além dos gestores, mas também na população e na comunidade acadêmica de uma forma geral. A partir disso, disse que essa situação foi levada ao debate junto aos setores pertinentes e aos alunos das áreas de saúde, justificando que não adiantava falar que era contra, mas o que iriam fornecer em troca. Na sequência, disse que foi constatado que o hospital se encontrava na maior crise econômica e financeira, pois haviam criado uma dívida junto a sua fundação que atualmente se encontrava em um montante de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), destacando que, se não houvesse a fundação, o hospital já teria fechado. Em seguida, falou do desencadeamento de algumas dificuldades que o hospital enfrentou decorrentes da falta de recursos humanos, como no cumprimento do planejamento estratégico, e relatou que havia muitas reclamações no Tribunal de Contas da União (TCU). Disse que o Ministério Público Federal (MPF), que em alguns momentos havia auxiliado o hospital com ações cíveis para a abertura de concursos, começou também a pressionar o hospital; o MEC havia ameaçado o fechamento das residências no hospital. Na sequência, explicou como a não adesão à EBSEH implicava no cálculo dos descontos dos recursos do REHUF para o hospital. Relatou que o hospital, em um outro momento, considerando seus funcionários, procedeu a uma reorganização do trabalho, com a finalidade de retomar as atividades educacionais iniciais, contemplando os serviços existentes. Entretanto, disse que mais uma vez o hospital recebeu uma ação do Ministério do Trabalho, haja vista todas as questões trabalhistas em relação ao funcionário da área da saúde que faz carga horária dobrada, sem o intervalo necessário, pelo que o hospital teria que pagar multa diária por profissional de R\$ 10.000,00

(dez mil reais). Com isso, o hospital teria que fechar mais 100 leitos, sendo que já existiam 400 fechados. Ademais, com o agravamento da crise, o MPF fez uma solicitação que penalizava tanto a Universidade quanto o Sindicato e a própria EBSEH, caso não fosse cumprida. Em seguida, explicou como foi realizado o dimensionamento no hospital. Por fim, disse que o Governo Federal queria transformar os serviços hospitalares em uma empresa e que isso já era uma realidade, explicando que os hospitais universitários já eram considerados filiais da matriz (EBSEH), mesmo que não fizessem a adesão. Na sequência, expôs o que denominou de “mitos, controvérsias e realidade” sobre o assunto em tela. Finalizou relatando uma assembleia que ocorreu na Universidade e na qual participaram 950 alunos da área da saúde de um total de 1.200, os quais não votaram contra a EBSEH, mas votaram a favor para que o Hospital de Clínicas pudesse funcionar. Em seguida, passou-se ao primeiro bloco de manifestações da plateia aos debatedores. Um acadêmico do curso de Letras disse que colocar uma empresa que se dizia pública mas que era de direito privado para resolver os problemas do HU não era uma solução e não deveria se aplicar a nenhum hospital. O acadêmico Vinícius, do curso de Geografia, disse que o problema não era a EBSEH, mas a base política. Contudo, ponderou que, se a base social fizesse pressão para que fossem realizados os concursos públicos, esse problema seria resolvido. A professora Célia, do Centro de Ciências da Educação, perguntou o que de fato havia se alterado no Hospital de Clínicas da UFPR. Disse que tendo em vista que a reitora, a Direção do HU, bem como alguns diretores de centro estavam acompanhando os debates, solicitou que se pensasse em alternativas para além do que estava sendo imposto. O acadêmico Cauê, do curso de Educação Física, criticou a privatização, que em sua opinião sempre era colocada como saída imediata para os processos de precarização em todos os âmbitos da vida, inclusive na Universidade. A acadêmica Michele, do curso de Jornalismo e representante discente no Conselho Universitário, disse que a solução para os hospitais universitários existia e era a via pública, era exigir a abertura de concurso público por parte do MEC, porque este tinha a obrigação de abrir concurso quando da existência de demanda. Findo o primeiro bloco de manifestação da plateia, na sequência, a mediadora passou a palavra aos debatedores para que em dez minutos fizessem as suas colocações. Com a palavra, o professor Flávio Tomasich primeiramente esclareceu que não estava defendendo a EBSEH, mas a sobrevivência dos hospitais universitários. Explicou que havia falado no início de sua explanação que os debates eram para aqueles que estavam indecisos e para os que ainda não estavam esclarecidos. Disse que quem conhecia a administração hospitalar sabia que esta nunca seria perfeita, mas que a EBSEH estava com uma proposta para os recursos humanos. Argumentou que o professor Márcio havia falado sobre o “estrangulamento” da área da saúde que vinha ocorrendo há vinte anos e questionou se a plateia preferia que os hospitais continuassem esperando por mais tempo, pois o Governo Federal estava dizendo “não” todas as vezes. Disse que só se sabia da situação da área da saúde quando algum conhecido se adoentava. Informou que a saúde pública fazia 95% dos transplantes do país pelo SUS e mais de 90% das quimioterapias, porque a saúde particular não contemplava esses procedimentos. Sobre a situação do Sírío Libanês, disse que era um hospital filantrópico, que fazia a troca de impostos por atendimento. Por fim, afirmou que a adesão havia sido aprovada por telefone exatamente pela atitude de falta de democracia de algumas pessoas que haviam cortado a energia elétrica da Reitoria, destacando que democracia era escutar todas as opiniões e que a atitude descrita não havia sido democrática. Em seguida, com a palavra, o professor Carlos Alberto Justo da Silva falou que vinha se discutido frequentemente que a EBSEH era privatista, era contra a autonomia, precarizava o trabalho e tiraria o patrimônio da UFSC. Disse que, se tudo aquilo

fosse verdade, ele seria totalmente contra a EBSEH, mas que não era o caso; quando se dizia que ninguém defendia a EBSEH, segundo ele, todos estavam querendo dizer que ninguém era a favor ou contra a EBSEH, mas que cada um dos gestores era a favor da sua instituição, ressaltando que ele era a favor do HU. Em seguida, disse que ninguém sabia tudo o que havia sido feito durante todos esses anos em que não ficaram parados, mas resistindo. Relatou que, se não tivessem tomado a atitude inconstitucional que foi o contrato com a fundação, o hospital teria fechado. Colocou que, quando foi à Brasília junto ao governo pedir a solução, esta foi apresentada como perpassando pela EBSEH, ou seja, a vontade política do governo era a EBSEH. Falou sobre a incapacidade atual de atender à contratualização com os gestores municipal e estadual, e que já estava havendo desconto de recursos por conta desse problema e a UFSC não tinha condições de manter o hospital. Enfatizou que nenhuma universidade tinha condições de manter o hospital universitário com seu próprio orçamento. Relatou que, se não fosse a antecipação dos recursos pela Universidade para quando da chegada do recurso do REHUF o hospital repor a Universidade, este não teria condições de fechar o ano. Com a palavra, o professor Márcio Amaral agradeceu ao professor Flávio por ter apresentado o quão draconiano era o contrato inicial da EBSEH, argumentando que o que tinha acontecido em dois anos para que o contrato apresentado inicialmente se alterasse e fosse reapresentado completamente diferente e “palatável” para alguns foi exatamente por causa dos movimentos sociais, pois foram múltiplas derrotas, na UFRJ, na UNIRIO e em várias outras universidades, as quais eram essenciais para esse projeto. Então, eles foram derrotados e tiveram que voltar e mudar a tática. Colocou que a EBSEH falava que o contrato é 100% SUS, entretanto argumentou que quando foi colocado como proposta no contrato da UFRJ que todas as internações se dariam em enfermarias com no mínimo três pacientes, salvo casos especiais, isso não foi aceito. Disse, ainda, que não era à toa que haviam dado o exemplo do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, que era um hospital que tem 10% da sua capacidade e 8% a 9% dos leitos reservados a outros convênios que não eram apenas SUS. Em relação à baixa eficiência apresentada, argumentou que esta tinha a ver com os meios – logo, se não eram dados os meios adequados para o trabalho, a eficiência não poderia ser julgada. Concluiu dizendo que a proposta da EBSEH foi tornada apenas aceitável, mas que depois tudo voltaria a ser como antes, porque esse projeto não era confiável. Dando prosseguimento, o professor Irineu de Souza expôs que algumas afirmações que haviam sido feitas pelo professor Flávio, como a de que o HU já era uma empresa, eram inverdades, pois o HU integra a estrutura da UFSC, bem como todos os HUs que não aderiram à EBSEH integram a estrutura das suas universidades. Em relação ao custo-benefício, falou que não se poderiam usar modelos matemáticos, com uma teoria burocrática para resolver essa dimensão gerencial da EBSEH, haja vista que ela não condizia com a gestão universitária. Enfatizou que era um absurdo todos que fazem parte da Universidade ficarem em um conformismo com a situação posta, porque havia a necessidade de proposições e ações efetivas para fazer com que o Governo Federal cumprisse a sua função, conforme colocado pelo professor Márcio. Na sequência, procedeu à leitura do art. 45 da Lei Orgânica nº 8.080, que dizia que os serviços de saúde dos hospitais universitários de ensino integravam o SUS mediante convênio, preservada a sua autonomia administrativa em relação a patrimônio, recursos humanos, financeiros, ensino, pesquisa e extensão; logo, para a adesão à EBSEH, seria necessário alterar a lei do SUS e a própria lei para contemplar a dimensão da autonomia universitária. Dando prosseguimento, passou-se ao segundo bloco de manifestações da plateia aos debatedores. O senhor Hélio Rodak, técnico-administrativo em Educação, colocou que o Conselho Universitário era “vacilante” na hora de tomar as decisões,

porque por mais que tivesse a questão da realização dos debates, era nítido que o Conselho queria votar mas não queria ter o ônus da decisão, inventando qualquer coisa para dizer que não havia sido ele que tomou a decisão e que, diante disso, teria que se analisar a postura das entidades em relação a essa questão. O senhor Rafael, diretor do SINTUFSC, manifestou que a posição do sindicato e da FASUBRA era veementemente contrária à adesão a EBSEERH, porque consideravam a saúde como bem público e social, que deve ser administrada pelo governo e não por uma empresa. A senhora Tânia Krüger, professora do curso de Serviço Social, solicitou que os debatedores fizessem uma avaliação do REHUF em relação ao seu significado de uma reestruturação dentro do contexto com e sem EBSEERH. Disse que durante os debates vinha sendo colocado que os contratos via CLT dentro de um médio prazo poderiam incorrer em causas trabalhistas e que a Defensoria Pública da União não iria poder fazer as defesas. Nesse contexto, questionou se a EBSEERH teria mais um custo em relação à contratação de serviços de advocacia. Por fim, solicitou se era possível para os debates seguintes a demonstração das metas do hospital e o quanto estava sendo descontado. A senhora Terezinha, professora aposentada da UFSC e representante sindical da Andes, propôs que todos os reitores, juntamente com os diretores dos hospitais universitários, o Sindicato Nacional dos Professores, a Federação Nacional dos Servidores e os estudantes a nível nacional, marcassem um encontro com a presidente Dilma para tratar sobre o assunto. O professor Mauro, do Departamento de Metodologia de Ensino e membro da diretoria da Andes, colocou que existiam outras possibilidades para solucionar essa questão, porque algumas universidades fizeram a adesão, mas outras não a fizeram, sendo que estas têm apontado qual é a solução, que é cobrar de imediato a abertura de concurso público para contratação do pessoal. Findo o segundo bloco de manifestações da plateia, na sequência, a mediadora passou a palavra aos debatedores, para que em dez minutos fizessem as suas colocações. Com a palavra, o professor Márcio Amaral colocou que primeiramente deveria haver o aparelhamento dos hospitais para somente depois de um período de dois a três anos, decidir ceder ou não à EBSEERH, afirmando que o REHUF havia sido o primeiro momento da EBSEERH, explicando que, por ser uma empresa pública de direito privado, a Defensoria Pública da União não iria poder defendê-la, ou seja, a União vai pagar quando perder, mas ela não vai poder se defender; a EBSEERH precisaria, então, contratar algum grande escritório de advocacia e a Defensoria Pública iria assessorá-la. Em relação a ir a Brasília, disse que não iria porque em sua opinião as pessoas que iam muito lá iam perdendo as energias, mas disse também entender a pressão sofrida pelos gestores. Com a palavra, o professor Irineu disse ser favorável à sugestão apresentada pela professora Terezinha, em unir os principais gestores para fazer frente a uma conversa com o Governo Federal, que nada mais é do que solicitar que seja autorizada a realização de concursos públicos para a manutenção dos hospitais. Ressaltou que estava claro que o modelo empresarial apresentado com a EBSEERH não condizia com a gestão da saúde e da educação. Colocou que o Governo Federal estava pressionando, mas que, se houvesse um esforço efetivo, com propostas efetivas, certamente o governo autorizaria as vagas, porque os recursos eram todos do Ministério do Planejamento. O professor Márcio retomou a palavra e colocou que no contrato de adesão da EBSEERH existia a exigência de mais dois cursos de graduação na área da saúde, além do curso de Medicina, para que o hospital continuasse se configurando como hospital-escola, e as demais graduações que quisessem ter acesso ao hospital teriam que ser negociadas a interesse do mercado. Com a palavra, a professora Maria de Lourdes Rovaris iniciou sua fala esclarecendo a última colocação do professor Márcio, explicando que o que havia sido dito não se referia à EBSEERH, haja vista que as certificações dos hospitais de ensino, que exigiam no mínimo dois

curso da área da saúde, datavam de 2004 e que, portanto, antecediam a EBSEH. Disse que todas as questões que haviam sido colocadas pelo professor Irineu antecediam o atual governo, bem como a EBSEH, visto que esse processo se iniciou com o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Em relação à questão da exigência da realização de concursos, todos os cinquenta hospitais universitários tentaram se utilizar desse recurso. Então, ressaltou que essa não era uma situação tão fácil como se colocava. Argumentou que, se a decisão do Conselho Universitário fosse ir à Brasília, tudo bem, mas o HU da UFSC já se encontrava isolado nesse processo, colocando que isso deveria ter sido feito há três anos, pelo menos. Em relação à contratualização, disse que não era só dos HUs: esta extrapolava a quem tinha atendimento pelo SUS e estava acontecendo independentemente da EBSEH. Diante do exposto, relatou que o hospital se encontrava em uma situação confortável porque este não tinha dívidas, porque havia uma fundação que pagava as dívidas do hospital, mas também não houve nenhum investimento. Disse que o hospital não podia se endividar, porque o fornecedor batia na porta do hospital, mas a direção não conseguia comprar. Nesses três anos a direção do HU aguardou inclusive o resultado da ação de inconstitucionalidade impetrada pelo Ministério Público, mas argumentou que naquele momento a instituição teria que decidir o que queria do hospital – se queria que ele ficasse como estava, porque daquela forma teria que fechar as portas, principalmente da emergência. Disse que o que havia tentado mostrar desde o início era que esse problema de pessoal era histórico, então a direção não estava ali brincando em uma discussão de EBSEH nem era favorável a esse modelo. Finalizou afirmando que a discussão tinha que avançar de forma madura, porque todos precisavam ter responsabilidade sobre o hospital, no entanto falou que estavam cansados e esperando uma resposta da instituição sobre o que se iria fazer com o HU. O professor Carlos Alberto Justo da Silva complementou dizendo que o REHUF havia sido criado para reestruturar os hospitais universitários, para que estes pudessem arrumar equipamentos e o que mais precisava ser arrumado. Citou, por exemplo, que o hospital não possuía alvará sanitário e que precisariam de sete a oito anos para a adequação de muitos problemas. Ratificou que atualmente os custos do HU eram para pagamento de pessoal terceirizado, cujos salários aumentam de acordo com o salário mínimo, e ainda existia o custo dos remédios, que aumentava de acordo com o dólar, sendo que o HU recebia o mesmo valor de recurso enquanto a demanda só aumentava. Disse novamente que o governo não dava nenhuma alternativa e que já havia tentado negociar com a bancada parlamentar em Brasília. Por fim, disse que havia mudado de opinião em relação à EBSEH porque não era aceitável ver o hospital nas condições em que ele se encontrava. Em seguida, foi concedido direito de resposta ao professor Flávio, o qual esclareceu algumas questões, por ter sido citado em algumas falas. Na sequência, passou-se ao terceiro e último bloco de manifestações da plateia aos debatedores. O senhor Ricardo Valdameri, técnico-administrativo em Educação, colocou os motivos pelos quais a sua categoria era contrária à adesão à EBSEH, argumentando que seria o início do fim da categoria técnico-administrativa dentro da Universidade. A acadêmica Marina, do curso de Educação Física, perguntou sobre um ponto que constava no regimento da EBSEH, que dizia que apenas um representante dos servidores poderia participar em seu conselho diretor, sendo que não poderiam participar das reuniões quando fossem pautadas questões sindicais, o que em sua opinião era a retirada de direitos e do acesso à participação. O acadêmico João Vitor, do curso de Geografia, colocou que não poderia haver distinção de renda no atendimento por parte do hospital e falou sobre a autonomia universitária. O professor Carlos Locatelli indagou ao professor Flávio se dizer “não” a princípio à adesão parecia ser uma boa estratégia; perguntou ao professor Carlos Alberto Justo da Silva, caso nada fosse resolvido, quanto tempo o HU

ficaria aberto, o que aconteceria em 2015; perguntou ao professor Márcio que impactos isso teria sobre a ideia de autonomia universitária. Findo o terceiro bloco de manifestações da plateia, na sequência, a mediadora passou a palavra aos debatedores, para que em dez minutos fizessem as suas colocações finais. Com a palavra, o professor Flávio Tomasic disse que o HU da UFPR havia sido provavelmente um dos últimos a assinar o contrato com a EBSEH. Ressaltou que esse havia sido o caminho trilhado pela UFPR e que a UFSC deveria trilhar o seu próprio caminho. Relatou que quando da apreciação da matéria no conselho de administração do hospital foram 19 votos favoráveis à adesão e 6 contrários. Esse resultado foi encaminhado ao Conselho Universitário, inclusive com todas as reclamações dos que votaram contrariamente, ao mesmo tempo em que foram elaborados dois planejamentos para o hospital, um contendo a aprovação e o outro contendo a não aprovação, para que o Conselho Universitário pudesse decidir qual hospital a Universidade queria, destacando que era isso que a UFSC deveria fazer. Colocou que existia vida sem a EBSEH, mas todos tinham que estar muito conscientes de que tipo de hospital se queria para a Universidade e que por isso a realização de debates era esclarecedora. Afirmou que não existia nenhum ponto no contrato que proibia que os servidores participassem das reuniões do conselho, mas foi colocado que a categoria técnico-administrativa seria extinta e julgou isso como sendo verdade, já que eles seriam substituídos por funcionários da EBSEH. Disse que a insistência para a UFPR foi interessante até certo ponto, depois o hospital teve um prejuízo muito grande na assistência e na educação. Relatou que a emergência tinha apenas 15 atendimentos por dia, então a direção foi obrigada a fazer uma cessão pública para a Prefeitura Municipal para que auxiliasse o hospital, contudo atualmente este atendia a 500 pessoas por dia, que era o padrão. Com a palavra, o professor Carlos Alberto Justo da Silva respondeu ao professor Carlos Locatelli colocando que não havia uma resposta exata para a questão, visto que existiam muitas variáveis no processo. Então, explicou que a direção trabalhava com a gestão do dia-a-dia, mas que se aquela situação continuasse o hospital apresentaria um déficit mensal para a Universidade de um milhão de reais. O hospital, segundo ele, iria sempre depender da capacidade instalada, da capacidade de produção e do número de pessoas. Então, se não houvesse a adesão e outras variáveis se concretizassem, deveria haver uma redefinição, o que implicaria o fechamento de várias áreas do hospital, com um consequente risco de credenciamentos, já que ele acabaria perdendo o que não pudesse ser atendido, conforme ocorreria com a área de saúde auditiva. Disse, por fim, que o hospital poderia continuar resistindo, podendo ser um dos últimos a resistir, porque as outras universidades já haviam aderido. Em seguida, a professora Maria de Lourdes Rovaris comentou dois aspectos. Disse que o hospital vinha, sim, realizando concursos diante das exonerações e aposentadorias, destacando que havia um esforço da instituição nesse sentido. Na sequência, esclareceu que o gestor municipal é que era a porta de entrada no hospital universitário. Com a palavra, o professor Márcio Amaral disse que realmente os hospitais tinham que responder a sociedade com bom desempenho, mas para isso eles deveriam ser refinanciados, e esse refinanciamento teria que ser feito a partir do cumprimento de um certo critério, já que não se podia apenas injetar dinheiro e esquecer, pois o governo tinha um papel. Falou que sempre defendeu que a auditoria permanente nas universidades era necessária, mas não para influenciar no ensino, na pesquisa e na extensão. Em relação à psiquiatria, disse que o hospital tinha a maior complexidade do Estado do Rio de Janeiro. Com relação à autonomia, argumentou que era necessário manter-se alerta para que ela não fosse perdida. Finalizou dizendo que o fato de ir a locais com pessoas mais jovens, com ânimo novo, dava a ele a sensação de esperança e crença no futuro, então disse que saía da UFSC com a esperança renovada de que essas

questões iriam avançar no bom sentido. Em seguida, o professor Irineu procedeu à leitura do art. 12 do regimento da EBSEH, segundo o qual os servidores não participariam dos assuntos que envolvessem relações sindicais no conselho diretor da empresa. Falou que a EBSEH havia começado inicialmente como uma S.A., na bolsa de valores. Depois, houve um movimento para modificação, assim como pode ocorrer um outro movimento para o governo contratar as vagas de que o HU necessita, de modo que os movimentos eram de fato importantes. Sobre a afirmação que os HUs já eram empresas, disse que continuava discordando do professor Flávio, pois o HU não era uma empresa, mas uma unidade, um órgão suplementar da Universidade, com atividades de ensino, pesquisa, extensão, administração e assistência. Outro ponto do qual afirmou discordar era o de que o quadro do RJU estava envelhecido, questionando se então a EBSEH seria a solução para esse quadro. Finalizou dizendo que era necessário contratar e repor as pessoas dentro de uma situação de legalidade dos princípios constitucionais. Concluiu que aquela discussão era um grande aprendizado e a saída para o HU não era a adesão à EBSEH. Não havendo mais nada a tratar, a mediadora agradeceu a participação de todos e o debate foi encerrado.